



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104-2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005-2022 (SRP) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ - BA

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Ibirapuã - BA, por meio da Pregoeira Municipal designada pela Portaria nº 078 de 14 de setembro de 2021, sediada Praça Lourival Pereira Barros, s/n, Centro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por lote, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no decreto municipal nº 05/2020 de 05 de março e nº 14/2022 de 29 de junho, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Início de recebimento das propostas: **dia 30/06/2022 às 09:00h.**

Fim de recebimento das propostas: **dia 12/07/2022 às 09:00h.**

Data da sessão/ Início da disputa: **12 de julho de 2022 às 09:30 horas (horário de Brasília).**

LOCAL: Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preços para futura aquisição de medicamentos e materiais para uso hospitalar e odontológico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global do Lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços*

#### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal: Bolsa Nacional de Compras - BNC, acessando o seguinte endereço: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2.1. Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal: Bolsa Nacional de Compras - BNC, da elaboração e apresentação de propostas, serão de responsabilidade do licitante.

3.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

3.5.A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.7.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no site Portal: Bolsa Nacional de Compras - BNC.

4.1.1.Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, recuperação judicial ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os documentos de habilitação deverão estar no formato PDF.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

---

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

### **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item/Lote

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Ibirapuã constantes no termo de Referência;

### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

---

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 10,00 (dez reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

---

### 9. DA HABILITAÇÃO

Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

#### Habilitação jurídica:

9.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### 9.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

9.2.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.2.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal,

### 9.3. **Qualificação Econômico-Financeira.**

9.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.3.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.3.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.3.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.3.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.3.3. Para empresas optantes pelo Simples Nacional, o item 9.3.2 não será exigido, sendo apenas obrigadas a apresentarem a Declaração Anual, Única e Simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, de acordo com a legislação vigente.

9.3.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

### 9.4. **Qualificação Técnica**

9.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado acompanhados pelas notas fiscais de fornecimento.

9.4.2. Alvará da vigilância Sanitária da sede da licitante.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

- 9.4.3. Autorização da ANVISA para comercialização de medicamentos controlados para as empresas que concorrerem os **Lotes IV e VII**.
- 9.4.4. Autorização de Funcionamento da ANVISA.
- 9.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.6.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.8. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### 11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

### 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

---

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Portal: Bolsa Nacional de Compras - BNC, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### 15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

### 16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 16.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 16.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

### 17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 17.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 17.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 17.4. O prazo de vigência da contratação é de até 31 de dezembro de 2022 prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 17.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

---

esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

### **18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

- 18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

### **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

### **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

### **21. DO PAGAMENTO**

- 21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

### **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 22.1.3. apresentar documentação falsa;
- 22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.6. não mantiver a proposta;
- 22.1.7. cometer fraude fiscal;
- 22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

- 22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

- 22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 22.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

- 22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

### **23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 23.1. *Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.*
- 23.2. *A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.*
- 23.3. *Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.*
- 23.4. *Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.*

### **24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

---

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo **e-mail** **licitacao@ibirapua.ba.gov.br**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Lourival Pereira Barros, s/n, Centro, Ibirapua, Bahia, seção Licitações e contratos.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, **licitacao@ibirapua.ba.gov.br**.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

---

- 25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.ibirapua.ba.gov.br](http://www.ibirapua.ba.gov.br) ou [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Lourival Pereira Barros, s/n, Centro, Ibirapuã, Bahia, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 25.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.
  - 25.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Ibirapuã, 29 de junho de 2022.

**Calixto Antônio Ribeiro**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO 005-2022 (SRP)

#### 26. DO OBJETO

26.1. Registro de preços para futura aquisição de **Medicamentos e materiais para uso hospitalar e odontológico**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

#### LOTE I – MATERIAL HOSPITALAR

Item	Descrição do produto	Marca	Unidade	Quat.	Valor Unit.	Valor total
1	Abaixador de língua, espátula de aires		UNIDADE	500		
2	Abd água para injeção 10ml		UNIDADE	5.000		
3	Água destilada 500ml		UNIDADE	80		
4	Água destilada ampola 10ml		UNIDADE	12.000		
5	Água destilada para autoclave 5 litros		UNIDADE	325		
6	Água oxigenada - 1L (solução de peróxido de hidrogênio 3%)		UNIDADE	405		
7	Agulha descartável nº 13 x4,5		UNIDADE	16.000		
8	Agulha descartável nº 20 x 5,5		UNIDADE	13.000		
9	Agulha descartável nº 25 x 06		UNIDADE	10.000		
10	Agulha descartável nº 25 x 07		UNIDADE	21.000		
11	Agulha descartável nº 25 x 08		UNIDADE	12.000		
12	Agulha descartável nº 30 x 07		UNIDADE	6.000		
13	Agulha descartável nº 30 x 08		UNIDADE	6.000		
14	Agulha descartável nº 40 x12		UNIDADE	12.000		
15	Álcool etílico a 77% (v/v) que corresponde a 70% c/ 1 Litro		UNIDADE	1610		
16	Álcool gel 70% 500ml		UNIDADE	320		
17	Álcool iodado c/ 1 litro		UNIDADE	20		
18	Álcool 1 litro 70%		UNIDADE	100		
19	Álcool spume 70% com clorexidina embalagem 1 litro		UNIDADE	120		
20	Álcool, absoluto, mínimo 99,8% de pureza 1 litro		UNIDADE	500		
21	Algodão, hidrófilo, 100% algodão, alvejado, insento de impurezas, inodoro e insípido 500gr		UNIDADE	270		
22	Almotolia transparente 250 ml		UNIDADE	162		
23	Almotolia transparente 500 ml		UNIDADE	162		
24	Aparelho de pressão reutilizável, <b>ADULTO</b> , manômetro aneróide, com visor graduado de 0 a 300 mm/hg, braçadeira em tecido antialérgico de brim, com fecho em metal, com válvula em metal cromado, c/ selo de verificação do INMETRO		UNIDADE	70		
25	Aparelho de pressão reutilizável, <b>OBESO</b> , manômetro aneróide, com visor graduado de 0 a 300 mm/hg, braçadeira em tecido antialérgico de brim, com fecho em metal, com válvula em metal cromado, c/ selo de verificação do INMETRO		Unidade	10		





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

26	Aparelho de pressão reutilizável, <b>INFANTIL</b> , manômetro aneróide, com visor graduado de 0 a 300 mm/hg, braceadeira em tecido antialérgico de brim, com fecho em metal, com válvula em metal cromado, c/ selo de verificação do INMETRO	UNIDADE	40		
27	Aparelho nebulizador	UNIDADE	10		
28	Atadura de crepom 10 cm x 4,5 m 100% algodão, sem amido, acabamento nas bordas (pct c/ 12 und)	PCT	100		
29	Atadura de crepom 15 cm x 4,5 m 100% algodão, sem amido, acabamento nas bordas (pct c/ 12 und)	PCT	100		
30	Atadura de crepom 20 cm x 4,5 m 100% algodão, sem amido, acabamento nas bordas (pct c/ 12 und)	PCT	100		
31	Avental descartável em polipropileno manga longa, punho de elástico, gola que promova a proteção do pescoço	UNIDADE	2.300		
32	Bobina para eletrocardiograma papel quadriculado termosensível 48mm x 30m	UNIDADE	75		
33	Bolsa coletor de urina sistema fechado	UNIDADE	770		
34	Bolsa para colostomia, A Bolsa para Estomas intestinais (colostomia; ileostomia) base plana peça única (placa e bolsa em um único produto) - drenável - opaca - Caixa com 10 UNIDADES - Placa adesiva com base plana e dupla camada de segurança e cuidado com a pele. Design com padrão flex para maior flexibilidade e conformidade aos contornos do corpo. Ajustável a diferentes tamanhos de estomas: recorte 19-64 mm.	UNIDADE	460		
35	Caixa coletora de perfurocortante 13L	UNIDADE	770		
36	Caixa coletora de perfurocortante 7L	UNIDADE	660		
37	Câmara graduada	UNIDADE	5		
38	cateter intravenoso com dispositivo de segurança n.14	UNIDADE	3.600		
39	cateter intravenoso com dispositivo de segurança n.16	UNIDADE	3.700		
40	cateter intravenoso com dispositivo de segurança n.18	UNIDADE	3.700		
41	cateter intravenoso com dispositivo de segurança n.20	UNIDADE	6.000		
42	Cateter intravenoso com dispositivo de segurança n.22	UNIDADE	6.000		
43	Cateter intravenoso com dispositivo de segurança n.24	UNIDADE	6.000		
44	Cateter nasal tipo óculos	UNIDADE	4.800		
45	Clamp de saída bolsa de colostomia pacote c/ 10 unidades	PCT	80		
46	Clamp umbilical	UNIDADE	970		
47	Clorexidina 1 litro	UNIDADE	30		
48	Cobertor metalizado adulto	UNIDADE	200		
49	Colar cervical tam.g	UNIDADE	70		
50	Colar cervical tam.m	UNIDADE	70		
51	Colar cervical tam.p	UNIDADE	70		
52	Colar cervical tam.pp	UNIDADE	70		
53	Coletor infantil diurese	UNIDADE	1.000		
54	Coletor universal	UNIDADE	1.500		
55	Comadre	UNIDADE	25		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

56	Compressa de gaze hidrófila, tecido tipo tela 7,5 x 7,5 cm 9 fios c/ 500 und.		UNIDADE	1.950		
57	Compressas cirúrgicas (não estéril sem fio radiopaco) 4 camadas, tam 45 cm x 50 cm - pacote c/ 50 unidades		PCT	350		
58	Compressas neuro-cirúrgicas tamanho 13 x 13mm pct c/10		PCT	50		
59	Compressas neuro-cirúrgicas tamanho 25 x 25mm pct c/10		PCT	50		
60	Conetor mult vias		UNIDADE	4.850		
61	Degermante 1L		UNIDADE	134		
62	Detergente enzimático litro		UNIDADE	70		
63	Dreno de penrose tam. 04		UNIDADE	360		
64	Eletrodos para eletrocardiograma (41x36mm) - Embalagem com 30 Unidades.		UNIDADE	130		
65	Equipo enteral		UNIDADE	300		
66	Equipo macro gotas com filtro de AO, injetor lateral flexível		UNIDADE	6.000		
67	Equipo micro gotas com filtro de AO, injetor lateral flexível		UNIDADE	3.000		
68	Equipo p/ dieta enteral + frasco 300ml kit10 und. De cada a mg hospitalar preza pela sua segurança e estamos dentro dos mais rígidos padrões de qualidade e segurança que uma empresa neste segmento precisa ter, somos uma empresa gold dentro do mercado livre, nossas vendas são transparentes e nossos produtos são originais oriundos das maiores empresas do país neste segmento.frasco para nutrição enteral 300ml (nutrimed)- artigo médico-hospitalar de uso único, não estéril e higiênico, indicado para alimentação enteral para pacientes impossibilitados de deglutir o alimento.- o material empregado na fabricação dos frascos e tampas é o polietileno (pe).- os frascos possuem graduação de 10 em 10 ml, facilitando na utilização de pequenos volumes ou de acordo com a necessidade e individualidade do paciente.- as tampas possuem membranas perfuráveis, adaptáveis aos equipamentos de nutrição enteral.- o produto é embalado em embalagem bopp (polipropileno biorientado), contendo uma unidade do produto por embalagem.- produto isento de bisfenol a. Todas as matérias primas utilizadas atendem a regulamentação fda (food and drug administration).		kit	360		
69	Equipo para hemotransfusão		UNIDADE	120		
70	Escova cirúrgica		UNIDADE	120		
71	Escova endocervical plástica - pacote com 100 unidades		UNIDADE	248		
72	Espaçador para nebulização adt		UNIDADE	120		
73	Esparadrapo impermeável branco 10cm x 4,5m		UNIDADE	1.360		
74	Esparadrapo micropore branco 10 cm x 4,5m		UNIDADE	1.460		
75	Espátula de ayres madeira - pacote com 100 unidades		UNIDADE	128		
76	Especulo de elly vaginal grande, descartável, estéril, atóxico		UNIDADE	150		
77	Especulo de elly vaginal médio, descartável, estéril, atóxico		UNIDADE	150		
78	Especulo de elly vaginal pequeno, descartável, estéril, atóxico		UNIDADE	300		
79	Estetoscópio		UNIDADE	35		
80	Fio de sutura catepute 4-0 cx/24		CAIXA	60		
81	Fio de sutura catepute 0 cx/24		CAIXA	60		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

82	Fio de sutura caturete 1-0 cx/24		CAIXA	60		
83	Fio de sutura caturete 2-0 cx/24		CAIXA	60		
84	Fio de sutura caturete 3-0 cx/24		CAIXA	60		
85	Fio de sutura mononylon 2-0 cx/24		CAIXA	60		
86	Fio de sutura mononylon 0 cx/24		CAIXA	60		
87	Fio de sutura mononylon 3-0 cx/24		CAIXA	60		
88	Fio de sutura mononylon usp 1 cx/24		CAIXA	60		
89	Fio para sutura catigut cromado n02 cx/24		CAIXA	60		
90	Fio para sutura mononylon nº 1 c/ agulha cx/24		CAIXA	60		
91	Fio para sutura mononylon nº 4-0 cx/24		CAIXA	60		
92	Fio para sutura mononylon nº 5-0 cx/24		CAIXA	60		
93	Fita autoclave 19mm x 30m		UNIDADE	300		
94	Fita métrica hospitalar		UNIDADE	67		
95	Fita reagente para mensuração de glicose no sangue (entre 20mg/dl a 600mg/dl) determinação por química enzimática. Embalagem tipo frasco contendo 50 tiras; com cessão em comodato de, no mínimo 50 aparelhos apropriados para efetuar a leitura das tiras em modelo que não haja contato do sangue com o aparelho, evitando necessidade de limpeza de sangue residual no aparelho, alimentação por pilhas ou baterias. Deve constar de ficha técnica do produto, constando externamente dados de identificação, validade, procedência e registro na anvisa, respeitando a legislação atual vigente. Prazo de validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.		UNIDADE	1.100		
96	Formol litro		LITRO	64		
97	Garrote adulto em elástico azul com trava		UNIDADE	12		
98	Garrote em borracha sintética de 4mm, antialérgica, para punção venosa embalagem: pacote com 15m, com dados de identificação do produto e marca do fabricante		UNIDADE	30		
99	Gel, ultra-sônica, incolor, inodoro, não gorduroso, hidrossolúvel, não irritante e hipoalérgico para uso externo como meio de contato para transmissão ultra-sônica. Embalagem: galão de 5L.		UNIDADE	155		
100	Higienizador de mãos bactericida 4,5 L		GALÃO	150		
101	Integrador para autoclave		UNIDADE	12		
102	Kit umidificador+máscara adt		KIT	124		
103	Kit umidificador+máscara inf.		KIT	124		
104	Lâmina de bisturi nº21, descartável em aço inoxidável, isento de rebarba e oxidação.		UNIDADE	7.800		
105	Lâmina de bisturi nº23, descartável em aço inoxidável, isento de rebarba e oxidação.		UNIDADE	7.800		
106	Lâmina de bisturi nº24, descartável em aço inoxidável, isento de rebarba e oxidação.		UNIDADE	7.200		
107	Lamina fosca 50 um		CAIXA	20		
108	Lanceta de segurança para glicose sanguínea (cx c/ 100und)		CAIXA	540		
109	Lençol hospitalar descartável, dimensões 700mm x 50m		UNIDADE	800		
110	Lodopovidona 10% dermo suave 1000ml		UNIDADE	134		
111	Lodopovidona 10% dermo suave 1000ml		UNIDADE	130		
112	Luva de procedimento extra pequena descartável, 100 und		CAIXA	300		
113	Luva de procedimento grande descartável, 100 und		CAIXA	1.240		
114	Luva de procedimento média descartável, 100 und		CAIXA	1.450		
115	Luva de procedimento pequena descartável (antialérgica) 100 und		CAIXA	1.000		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

116	Luva de procedimento pequena descartável, c/ 100 und	CAIXA	400		
117	Luva estéril descartável nº7,5	UNIDADE	405		
118	Luva estéril descartável nº8,0	UNIDADE	405		
119	Luva estéril descartável nº8,5	UNIDADE	405		
120	Luva estéril descartável nº6,5	UNIDADE	405		
121	Luva estéril descartável nº7,0	UNIDADE	405		
122	Macacão hospitalar	UNIDADE	1.500		
123	Manta aluminizada	UNIDADE	360		
124	Máscara bico de pato nº5	UNIDADE	3.750		
125	Máscara cirúrgica descartável cx c/ 50 und	CAIXA	600		
126	Máscara de ventura para traqueostomia	UNIDADE	150		
127	Máscara para alta concentração de oxigênio adulto	UNIDADE	150		
128	Máscara para alta concentração de oxigênio infantil	UNIDADE	150		
129	Máscara para nebulização completa adulto	UNIDADE	160		
130	Máscara para nebulização completa infantil	UNIDADE	160		
131	Máscara plástica de oxigênio	UNIDADE	150		
132	Monitor de Glicose - - Monitor baseado em plataforma amperométrica (Biosensor) portátil, para uso hospitalar e domiciliar, com faixa de medição de valores entre 20 a 600 mg/dl; volume da amostra de 1 microlitro; oferecendo resultado da análise inferior a 10 segundos. Possui memória de 300 resultados com data e hora. Possui porta serial para conectividade e transferência de dados. Possui sistema de codificação através de chip de fácil manuseio que acompanha a caixa de tiras de glicemia do On Call Plus, vendido separadamente. Fornece um cálculo da média de 7, 14 e 30 dias. Acompanha uma bateria CR2032. Garantia de 5 anos.	UNIDADE	150		
133	Monitor FrreStile Libre - Leitor	UNIDADE	4		
134	Monitor FrreStile Libre - Sensor	UNIDADE	40		
135	Óculos de segurança - confeccionado em uma única peça de policarbonato transparente anti-embaçante, com proteção lateral, lente transparente	UNIDADE	266		
136	Oxímetro de pulso digital	UNIDADE	60		
137	Papagaio plástico	UNIDADE	12		
138	Pote plástico para acondicionamento de lamina de preventivo	UNIDADE	600		
139	Rolo plástico para autoclave grau cirúrgico 150mm c/ 100 M	UNIDADE	182		
140	Rolo plástico para autoclave grau cirúrgico 300mm c/ 100 M	UNIDADE	182		
141	Saco Infectante Lixo Contaminado Branco 100 Lts	UNIDADE	1.228		
142	Saco infectante lixo contaminado branco 30 lts	UNIDADE	12.016		
143	Sapatilha Pro - pé Descartável	UNIDADE	7.200		
144	Scalpe para punção venosa com borboleta e agulha estéril descartável, nº 19G. Embalagem individual em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico abertura em pétala.	UNIDADE	2.500		
145	Scalpe para punção venosa com borboleta e agulha estéril descartável, nº 21G. Embalagem individual em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico abertura em pétala.	UNIDADE	4.000		
146	Scalpe para punção venosa com borboleta e agulha estéril descartável, nº 23G. Embalagem individual em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico abertura em pétala.	UNIDADE	6.000		
147	Scalpe para punção venosa com borboleta e agulha estéril descartável, nº 25G. Embalagem individual em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico abertura em pétala.	UNIDADE	4.000		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

148	Scalpe para punção venosa com borboleta e agulha estéril descartável, nº 27G. Embalagem individual em papel grau cirúrgico e/ou filme termoplástico abertura em pétala.	UNIDADE	3.000		
149	Seringa descartável 01ml com agulha tam 13 x 4,5	UNIDADE	35.000		
150	Seringa descartável 03ml c/ AG estéril	UNIDADE	40.000		
151	Seringa descartável 05ml s/ AG estéril	UNIDADE	10.400		
152	Seringa descartável 10ml s/ AG estéril	UNIDADE	10.400		
153	Seringa descartável 20ml s/ AG estéril	UNIDADE	15.000		
154	Seringa descartável 60ml s/ AG estéril	UNIDADE	3.000		
155	Solução de glicose 5% 250ml - solução injetável S.A/bolsa sistema fechado	UNIDADE	1.500		
156	Solução de glicose 5% 500ml - solução injetável S.A/bolsa sistema fechado	UNIDADE	5.000		
157	Solução de Manitol 20% I.V 250ml	UNIDADE	400		
158	Solução fisiológica (Cloreto de sódio 0,9%) 100ml, solução injetável F.A/bolsa sistema fechado.	UNIDADE	6.600		
159	Solução fisiológica (cloreto de sódio 0,9%) 250ml, solução injetável f.a/bolsa sistema fechado.	UNIDADE	5.000		
160	Solução fisiológica (cloreto de sódio 0,9%) 500ml, solução injetável f.a/bolsa sistema fechado.	UNIDADE	5.000		
161	Solução glico-fisiológica 1:1 (glicose 5% + cloreto de sódio 0,9%) 500ml solução injetável f.a/bolsa sistema fechado.	UNIDADE	5.000		
162	Solução glico-fisiológica 1:1 (glicose 5% +0,9%) 250ml solução injetável f.a/bolsa sistema fechado.	UNIDADE	1.000		
163	Solução ringer + lactato (cloreto 109eq/l + sódio 130meq/l + potássio 4meq/l + cálcio 2,7meq/l + lactato 2,7meq) 250ml sistema fechado de transferência frasco/bolsa a embalagem deve conter venda proibida pelo comercio.	UNIDADE	150		
164	Solução ringer + lactato (cloreto 109eq/l + sódio 130meq/l + potássio 4meq/l + cálcio 2,7meq/l + lactato 2,7meq) 500ml sistema fechado de transferência frasco/bolsa a embalagem deve conter venda proibida pelo comercio.	UNIDADE	5.000		
165	Solução ringer simples (sódio 147,0meq/l + cálcio 4,5meq/l + potássio 4,0meq/l + cloreto 155,5meq/l) 250ml sistema fechado de transferência frasco/bolsa a embalagem deve conter venda proibida pelo comercio.	UNIDADE	150		
166	Solução ringer simples (sódio 147,0meq/l + cálcio 4,5meq/l + potássio 4,0meq/l + cloreto 155,5meq/l) 500ml sistema fechado de transferência frasco/bolsa a embalagem deve conter venda proibida pelo comercio.	UNIDADE	5.000		
167	Solução vaselina 100ml	UNIDADE	150		
168	Sonda de foley 2 vias nº 10	UNIDADE	290		
169	Sonda de foley 2 vias nº 12	UNIDADE	290		
170	Sonda de foley 2 vias nº 14	UNIDADE	290		
171	Sonda foley 2 vias n °20	UNIDADE	340		
172	Sonda foley 2 vias n.16	UNIDADE	440		
173	Sonda foley 2 vias n.18	UNIDADE	440		
174	Sonda foley 2 vias n.22	UNIDADE	340		
175	Sonda foley 2 vias n.24	UNIDADE	340		
176	Sonda foley 3 vias n.18	UNIDADE	300		
177	Sonda foley 3 vias n.24	UNIDADE	300		





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

178	Sonda nasoéntérica c/fio guia		UNIDADE	400		
179	Sonda nasogástrica curta nº 06		UNIDADE	250		
180	Sonda nasogástrica curta nº 08		UNIDADE	250		
181	Sonda nasogástrica curta nº 10		UNIDADE	250		
182	Sonda nasogástrica curta nº 12		UNIDADE	250		
183	Sonda nasogástrica curta nº 14		UNIDADE	250		
184	Sonda nasogástrica curta nº 16		UNIDADE	250		
185	Sonda nasogástrica curta nº 18		UNIDADE	250		
186	Sonda nasogástrica curta nº 20		UNIDADE	250		
187	Sonda nasogástrica curta nº 22		UNIDADE	250		
188	Sonda nasogástrica longa n.10		UNIDADE	250		
189	Sonda nasogástrica longa n.12		UNIDADE	250		
190	Sonda nasogástrica longa n.22		UNIDADE	250		
191	Sonda nasogástrica longa n.6		UNIDADE	250		
192	Sonda nasogástrica longa n.8		UNIDADE	250		
193	Sonda nasogástrica longa nº 14		UNIDADE	250		
194	Sonda nasogástrica longa nº 16		UNIDADE	250		
195	Sonda nasogástrica longa nº 18		UNIDADE	250		
196	Sonda nasogástrica longa nº 20		UNIDADE	250		
197	Sonda para aspiração traqueal nº 04		UNIDADE	250		
198	Sonda para aspiração traqueal nº 06		UNIDADE	250		
199	Sonda para aspiração traqueal nº 08		UNIDADE	250		
200	Sonda para aspiração traqueal nº 10		UNIDADE	250		
201	Sonda para aspiração traqueal nº 12		UNIDADE	250		
202	Sonda para aspiração traqueal nº 14		UNIDADE	250		
203	Sonda para aspiração traqueal nº 16		UNIDADE	250		
204	Sonda para aspiração traqueal nº 18		UNIDADE	250		
205	Sonda uretral de alívio n.10		UNIDADE	5.250		
206	Sonda uretral de alívio n.12		UNIDADE	250		
207	Sonda uretral de alívio n.16		UNIDADE	250		
208	Sonda uretral de alívio n.22		UNIDADE	250		
209	Sonda uretral de alívio n.6		UNIDADE	250		
210	Sonda uretral de alívio n.8		UNIDADE	250		
211	Sonda uretral de alívio n.4		UNIDADE	250		
212	Sonda uretral nº 04		UNIDADE	250		
213	Sonda uretral nº 06		UNIDADE	250		
214	Sonda uretral nº 08		UNIDADE	250		
215	Sonda uretral nº 10		UNIDADE	250		
216	Sonda uretral nº 12		UNIDADE	250		
217	Sonda uretral nº 14		UNIDADE	250		
218	Sonda uretral nº 16		UNIDADE	250		
219	Sonda uretral nº 18		UNIDADE	250		
220	Sonda uretral nº 20		UNIDADE	250		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

221	Sonda uretral nº 22		UNIDADE	250		
222	Termômetro Digital		UNIDADE	262		
223	Toucas descartáveis tamanho 19' (45x50 cm) 100% polipropileno c/ 100 und		PCT	136		
224	Tubo orotraqueal 4,0 c/balão		UNIDADE	200		
225	Tubo orotraqueal 4,5 c/balão		UNIDADE	200		
226	Tubo orotraqueal 5,0 c/balão		UNIDADE	200		
227	Tubo orotraqueal 5,5 c/balão		UNIDADE	200		
228	Tubo orotraqueal 6,0 c/balão		UNIDADE	200		
229	Tubo orotraqueal 6,5 c/balão		UNIDADE	200		
230	Tubo orotraqueal 7,0 c/balão		UNIDADE	200		
231	Tubo orotraqueal 7,5 c/balão		UNIDADE	200		
232	Tubo orotraqueal 8,0c/balão		UNIDADE	200		
233	Tubo orotraqueal 8,5 c/balão		UNIDADE	200		
234	Tubo orotraqueal 9,0 c/balão		UNIDADE	200		
235	Válvula para regulagem da pressão de saída de gases medicinais armazenados em cilindro, com fluxômetro rosqueável para controle do fluxo, que permita acoplagem de nebulizadores, umidificadores e outros aparelhos, com manômetro de alta pressão com escala de 0 a 300 Kgf/cm², válvula de segurança e fluxômetro com escala de 0 a 15 lpm. Pressão de saída fixa de 3,5 Kgf/cm². Com registro na ANVISA		UNIDADE	10		
236	Vaselina líquida com 5 litros		UNIDADE	304		
237	Vaselina líquida 1litro		UNIDADE	300		
VALOR TOTAL LOTE I						

### LOTE II – MATERIAL PARA CURATIVO (ATENÇÃO BÁSICA)

Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor total
1	Colagenase 0,6U cloranfenicol0,01g – pomada c/ 30 g		Unidade	100		
2	Curativo Alginato de Cálcio e Sódio 10x10 Pacote 10 UNIDADE		pacote	20		
3	Curativo Petrolatum 7,6 x 20,3 cm - 3 UNIDADE		Caixa	50		
4	Extrato de Brassica Oleracea - pomada 100 g - Pomada cicatrizante e debridante		Unidade	50		
5	Gaze antimicrobiana com PHMB - 11,4 x 3,7m		Unidade	50		
6	Gel hidratante tratamento de Feriadas Com Alginato 85G		Unidade	550		
7	Óleo de girassol c/ 100ml		Unidade	1.000		
8	Sulfadiazida de prata 10mg/g- creme 30G		Unidade	1.100		
VALOR TOTAL LOTE II						

### LOTE III – ANTICOCEPCIONAL

Item	Descrição do produto	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unit.	Valor total
1	Enantato De Noretisterona + Valerato De Estradiol (50mg + 5mg)/ML – Solução Injetável		Unidade	1.480		
2	Noretisterona 0,35mg – Caixa c 35 comp		Caixa	600		
3	Triquilar com 21 comp		Caixa	1.720		
4	Microvlar com 21 comp		Caixa	1.780		
VALOR TOTAL LOTE III						



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### LOTE IV – INJETÁVEIS CONTROLADOS

Item	Descrição do produto	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unit.	Valor total
1	Cloridrato De Clorpromazina 5mg/MI – Solução Injetável		Unidade	2.000		
2	Cloridrato de tramadol 50mg/ml Injetável		Unidade	3.000		
3	Decanoato Haloperidol 70,52mg/MI – Solução Injetável		Unidade	3.000		
4	Diazepam 10mg/MI – Solução Injetável		Unidade	2.000		
5	Fenitoína Sódica 50mg/MI – Solução Injetável		Unidade	2.000		
6	Fenobarbital 100mg/MI – Solução Injetável		Unidade	2.000		
7	Fenobarbital 200mg/MI – Solução Injetável		Unidade	2.000		
8	Haloperidol 5mg/MI – Solução Injetável		Unidade	3.000		
9	Maleato de midazolam 5mg/ml injetável		Unidade	3.000		
10	Cloridrato de naloxona 0,4mg/ml		Amp	60		
11	Sulfato de morfina 10mg/ml injetável		Unidade	3.000		
VALOR TOTAL LOTE IV						

### LOTE V – INJETÁVEIS

Item	Descrição do produto	Marca	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor total
1	Aciclovir Sódico 250mg – Pó Para Solução Injetável		Amp	500		
2	Ácido ascórbico 100mg/ml injetável		Amp	10.000		
3	Ácido tranexâmico 50mg/ml injetável		Amp	600		
4	Aminofilina 24mg/ml injetável		Amp	7.200		
5	Ampicilina Sódica 1g		Amp	6.000		
6	Benzilpenicilina Benzatina 1.200.000 Ui – Pó Para Suspensão Injetável		Amp	6.000		
7	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 Ui – Pó Para Suspensão Injetável		Amp	6.000		
8	Bromoprida 10mg/2ml injetável		Amp	5.000		
9	Butilbrometo de Escopolamina + Dipirona Monoidratada 4/500mg/ml - Solução injetável		Amp	4.000		
10	Butilbrometo de Escopolamina 20mg/ml injetável		Amp	4.000		
11	Butilbrometo de Escopolamina 4mg/ml + Dipirona 500mg/ml injetável (frasco 5ml)		Amp	5.000		
12	Cefalotina 1000mg pó p/ solução injetável		Amp	4.000		
13	Ceftriaxona 1g – Pó Para Solução Injetável		Amp	5.000		
14	Cetoprofeno solução injetável 100mg		Amp	2.500		
15	Cimetidina 150mg/ml Injetável		Amp	4.000		
16	Ciprofloxacino 2mg/ml 100ml		Unidade	700		
17	Citrato de Fentanila 50mcg/ml Injetável		Amp	3.000		
18	Claritromicina pó liofilizado p/solução injetável 500mg		Amp	2.000		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

19	Clindamicina 150mg/ml		Amp	1.500		
20	Cloranfenicol 1g – Solução Injetável Frascos		Amp	4.000		
21	Cloreto de potássio 10% 10ml Injetável		Unidade	3.000		
22	Cloreto De Sódio 20% - Ampola 10ml Injetável		Amp	3.000		
23	Cloridrato De Amiodarona 50mg/ML – Solução Injetável		Unidade	1.500		
24	Cloridrato de ciprofloxacino 200mg		Amp	20		
25	Cloridrato de dobutamina 12,5mg/ml		Amp	1.500		
26	Cloridrato De Dopamina 5mg/ML – Solução Injetável		Unidade	2.500		
27	Cloridrato de Etilefrina 10mg/ml Injetável		Unidade	4.000		
28	Cloridrato De Lidocaína 2% 20ml (sem vaso)		Unidade	2.500		
29	Cloridrato De Lidocaína 2,0% 20mg/ml + Hemitartarato De Epinefrina 1% + 1:200.000 – Solução Injetável (com vaso 20ml)		Unidade	2.000		
30	Cloridrato De Metoclopramida 10 Mg/ML – Solução Injetável		Unidade	4.000		
31	Cloridrato de petidina 50mg/ml Injetável		Unidade	2.000		
32	Cloridrato de piridoxina 50mg/ml + Dimenidrinato 50 mg/ml – Solução Injetável (Dramim B6)		Unidade	2.000		
33	Cloridrato De Prometazina 50mg/ML – Solução Injetável		Unidade	3.000		
34	Cloridrato De Ranitidina 25mg/ML – Solução Injetável		Unidade	3.000		
35	Cloridrato de tiamina 100mg/ml		Amp	10		
36	Deslanosídeo 0,2mg/ml injetável		Unidade	4.000		
37	Diclofenaco sódico 25mg/ml injetável		Unidade	6.000		
38	Diclofenaco sódico 75mg/ml injetável		Unidade	4.000		
39	Dimenidrinato 3mg/ml + 5 mg/ml (cloridrato de piridoxina) + 100 mg/ml (glicose) + 100 mg/ml (frutose) - Endovenoso		Amp	3.000		
40	Dipirona monoidratada 500mg/ML – Solução Injetável		Unidade	10.000		
41	Epinefrina 1mg/ml		Amp	4.000		
42	Fitomenadiona 10mg/ml(vit k) injetável		Unidade	3.000		
43	Flumaznil 0,1mg/ml		Amp	2.000		
44	Fosfato Dissódico De Dexametasona 4mg/ml – Solução Injetável		Unidade	10.000		
45	Furosemida 20mg/ML – Solução Injetável		Unidade	4.000		
46	Gliconato de calcio 10% 10 ml		Amp	2.500		
47	Glicose 25%-ampola de 10 ml		Unidade	5.000		
48	Glicose 50%-ampola de 10 ml		Unidade	5.000		
49	Heparina		Amp	700		
50	Hidralazina		Amp	3.500		
51	Hidrocortisona -100mg(F,A+diluyente)injetável		Unidade	2.500		
52	Hidrocortisona -500mg(F,A+diluyente)injetável		Unidade	2.500		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

53	Hidrocortizona 100mg		Amp	2.500		
54	Hidrocortizona 500mg		Amp	2.500		
55	Levofloxacino 5mg/ml bolsa 100ml		Amp	2.000		
56	Maleato de metilergometrina 0,2mg injetável		Unidade	3.000		
57	Matergan amp (imunoglobulina anti-Rh)		Unidade	20		
58	Nitroglicerina 5mg/ml		Amp	60		
59	Noripurum I.V		Amp	1.000		
60	Ocitocina 5UI/ml - solução injetável		Unidade	2.500		
61	Omeprazol sódico 40mg-pó líofilo injetável		Unidade	1.500		
62	Oxacilina sódica 500mg-pó injetável		Unidade	4.000		
63	Polivitaminico (complexo B) ampola 2ml		Unidade	10.000		
64	Sulfato de amicacina 250mg/ml		Amp	800		
65	Sulfato De Atropina 0,25mg/ml – Solução Injetável		Unidade	2.000		
66	Sulfato De Gentamicina 40mg injetável		Unidade	4.000		
67	Sulfato De Magnésio 50% (0,81 Meq/MI Mg++) – Solução Injetável		Unidade	2.500		
68	Tenoxicam 40mg-pó líofilo para solução injetável		Unidade	5.000		
VALOR TOTAL LOTE V						

### LOTE VI – MEDICAMENTOS

Item	Descrição do produto	Marca	Unidade.	Qtd.	Valor Unit.	Valor total
1	Ácido Acetilsalicílico 100mg – Comprimido		Unidade	3.000		
2	Ácido Fólico 0,2mg/MI – Solução Oral		Unidade	100		
3	Ácido Fólico 5mg – Comprimido		Unidade	500		
4	Albendazol 400mg – Comprimido Mastigável		Unidade	900		
5	Albendazol 40mg/MI – Suspensão Oral		Unidade	1.000		
6	Alendronato De Sódio 70mg – Comprimido		Unidade	4.000		
7	Ambroxol xarope Adulto frasco com 100 ml		Unidade	600		
8	Ambroxol xarope Infantil frasco com 100 ml		Unidade	600		
9	Aminofilina 100 mg – Comprimido		Unidade	1200		
10	Amiodarona 200 mg - comprimido		Unidade	4.000		
11	Amoxicilina + Clavulanato De Potássio (500mg + 12,5mg) comprimido		Unidade	3.000		
12	Amoxicilina + Clavulanato De Potássio (875mg + 12,5mg)/MI – Suspensão Oral		Unidade	4.000		
13	Amoxicilina + Clavulanato De Potássio 250 + 62,5mg/5ml (frasco 75ml)		Unidade	3.000		
14	Amoxicilina + Clavulanato De Potássio 400/57ml		Unidade	3.000		
15	Amoxicilina 250mg suspensão.50ml		Unidade	3.000		
16	Amoxicilina 500mg comprimido		Unidade	4.000		
17	Ampicilina 250mg/5ml - suspensão oral		Unidade	1.000		





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

18	Ampicilina 500mg - comprimido		Unidade	2.000		
19	Anestésico colírio 5ml		Unidade	80		
20	Atenolol 25mg – Comprimido		Unidade	3.000		
21	Atenolol 50mg – Comprimido		Unidade	3.000		
22	Azitromicina 500mg – Comprimido		Unidade	5.000		
23	Azitromicina 600mg – Pó Para Suspensão Oral		Unidade	4.000		
24	Azitromicina 900mg – Pó Para Suspensão Oral		Unidade	4000		
25	Benzoato de benzila líquido 100 ml frasco		Unidade	30		
26	Besilato De Anlodipino 10mg – Comprimido		Unidade	3.000		
27	Besilato De Anlodipino 5mg – Comprimido		Unidade	3.000		
28	Bimatoprost 0,3mg/ml – colírio		Unidade	20		
29	Bisacodil comp.		Unidade	1.000		
30	Bissulfato de Clopidogrel 75mg – Comprimido		Unidade	3.000		
31	Brometo De Ipratrópio 0,25mg/ML (Equivalente A 0,202 Mg/ML De Ipratrópio) – Solução Inalante - frasco c/ 20 ml		Unidade	300		
32	Bromidrato de Fenoterol 0,2mg/ml - solução oral - frasco c/ 20 ml		Unidade	300		
33	Butilbrometo de Escopolamina + Dipirona comprimido		Unidade	3.000		
34	Butilbrometo de Escopolamina 4MG/ML + Dipirona 500mg/ml gotas - frasco 20 ml		Unidade	300		
35	Butilbrometo Escopolamina 10mg/mL - solução oral		Unidade	1.000		
36	Captopril 25mg – Comprimido		Unidade	3.000		
37	Carbocisteína xarope Adulto 100mL		Unidade	500		
38	Carbocisteína xarope Infantil 100mL		Unidade	600		
39	Carbonato De Cálcio + Colecalciferol Ou Fosfato De Cálcio Tribásico + Colecalciferol 500mg + 400ui – Comprimido		Unidade	500		
40	Carvedilol 12,5mg –Comprimido		Unidade	6.000		
41	Carvedilol 25mg –Comprimido		Unidade	5.000		
42	Carvedilol 3,125mg –Comprimido		Unidade	4.000		
43	Carvedilol 6,25mg –Comprimido		Unidade	4.000		
44	Cefalexina 250mg/5ml – Suspensão Oral - frasco c/ 60 ml		Unidade	600		
45	Cefalexina 500mg – Comprimido		Unidade	6.000		
46	1,89		Unidade	2.000		
47	Cetoconazol - creme - c/ 30 g		Unidade	600		
48	Cetoconazol pomada c/ 30 g		Unidade	200		
49	Cimetidina 200 mg - comprimido		Unidade	1.500		
50	Cinarizina 25 mg - comprimido		Unidade	2.500		
51	Cinarizina 75 mg - comprimido		Unidade	2.500		
52	Ciprofibrato 100 mg - comprimido		Unidade	1.000		
53	Ciprofloxacino 2mg/ml 100ml		Unidade	700		
54	Cloridrato de ciclobenzaprina 10 mg comprimido		Unidade	1.500		
55	Cloridrato de ciclobenzaprina 5 mg comprimido		Unidade	1.500		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

56	Cloridrato De Ciprofloxacino 500mg – Comprimido		Unidade	5.000		
57	Cloridrato De Clonidina 0,100mg - comprimido		Unidade	3.000		
58	Cloridrato de dorzolamida - 5mL colírio		Unidade	20		
59	Cloridrato de dorzolamida+maleato de tomolol - 5mL colírio		Unidade	20		
60	Cloridrato De Lidocaína 2% - Gel - 30 g		Unidade	1000		
61	Cloridrato De Metformina 500mg – Comprimido		Unidade	3.000		
62	Cloridrato De Metformina 850mg – Comprimido		Unidade	3.000		
63	Cloridrato De Metoclopramida 10mg – Comprimido		Unidade	2.000		
64	Cloridrato De Metoclopramida 4mg/ML – Solução Oral - 10 ml		Unidade	600		
65	Cloridrato De Propranolol 40mg – Comprimido		Unidade	7.000		
66	Cloridrato De Ranitidina 150mg – Comprimido		Unidade	5.000		
67	Cloridrato de tetracaina 1% + Cloridrato de fenilefrina 0,1% - colírio - 10 ml		Unidade	24		
68	Clortalidona 25mg comprimido		Unidade	2.500		
69	Complexo B - comprimido		Unidade	10.000		
70	Complexo B - gotas Fr. 20 ml		Unidade	3.000		
71	Decongex comp.		Unidade	2.000		
72	Dexametasona 0,1% - Creme - 10 g		Unidade	600		
73	Dexametasona 4mg – Comprimido		Unidade	70		
74	Diclofenaco de potássio 50 mg - comprimido		Unidade	10.000		
75	Diclofenaco de potássio resinato - gotas - 20 ml		Unidade	200		
76	Diclofenaco de sódio 50 mg - comprimido		Unidade	15.000		
77	Digoxina 0,25mg – Comprimido		Unidade	2.600		
78	Dinitrato De Isossorbida 5mg – Comprimido Sublingual		Unidade	2.000		
79	Dipirona Sódica 500mg – Comprimido		Unidade	15.000		
80	Dipirona Sódica 500mg/ML – gotas - 20 ml		Unidade	5.000		
81	Dramim B6 - Comprimidos		Unidade	500		
82	Dropropizina xpe Adt. 120 ml		Unidade	300		
83	Dropropizina xpe Ped. 120 ml		Unidade	300		
84	Espironolactona 25mg – Comprimido		Unidade	6.000		
85	Estolato De Eritromicina 250mg/5ml – Suspensão Oral - 105 ml		Unidade	30		
86	Estolato De Eritromicina 500mg – Comprimido		Unidade	400		
87	Éter litro		Unidade	60		
88	Fluconazol 150mg comp.		Unidade	8.000		
89	Flunarizina - Comprimido		Unidade	2.000		
90	Fosfato de sódio dibásico e fosfato de monobásico 500 g		Unidade	1.000		
91	Fosfato dissódico de dexametasona + sulfato de neomicina 1mg/ml +3,5mg/ml - 5 ml		Unidade	60		
92	Fosfato Sódico De Prednisolona 3mg/ML – Solução Oral - 60 ml		Unidade	300		
93	Furosemda 40mg – Comprimido		Unidade	4.000		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

94	Gabepentina 300 mg - comprimido		Unidade	1.200		
95	Glibenclamida 5mg – Comprimido		Unidade	3.000		
96	Glicazida 30mg – Comprimido De Liberação Prolongada		Unidade	6.000		
97	Glicazida 60mg – Comprimido De Liberação Prolongada		Unidade	7.000		
98	Hidroclorotiazida 25mg – Comprimido		Unidade	10.000		
99	Hidróxido De Alumínio – Suspensão oral - 240ml		Unidade	300		
100	Hidróxido de alumínio 60mg/mL + Hidróxido de magnésio 40mg/mL - suspensão oral - 240 ml		Unidade	600		
101	Ibuprofeno 100mg/ gotas - 20ml		Unidade	600		
102	Ibuprofeno 50mg gotas - 30ml		Unidade	700		
103	Ibuprofeno 600mg - Comprimido		Unidade	12.000		
104	Insulina NPH - 10ml		Unidade	400		
105	Insulina Regular -10ml		Unidade	400		
106	Iodeto de potássio - xarope 10mg/ml - 100ml		Unidade	50		
107	Ivermectina 6mg - comp.		Unidade	3.500		
108	Jardiance 25 mg- 30 comprimidos		Unidade	300		
109	Kollagenase pomada - 15ml		Unidade	1.000		
110	Levodopa + carbidopa 100 mg + 25 mg - comprimido		Unidade	400		
111	Levonorgestrel+etiniestradiol - comprimido		Unidade	400		
112	Levotiroxina Sódica 100mcg – Comprimido		Unidade	700		
113	Levotiroxina Sódica 150mcg – Comprimido		Unidade	1.200		
114	Levotiroxina Sódica 25mcg – Comprimido		Unidade	300		
115	Levotiroxina Sódica 50mcg – Comprimido		Unidade	2.000		
116	Levotiroxina Sódica 75mcg – Comprimido		Unidade	800		
117	Loratadina 10mg – Comprimido		Unidade	10.000		
118	Loratadina 1mg/ML – Xarope - 100ml		Unidade	700		
119	Losartana Potássica 50mg – Comprimido		Unidade	30.000		
120	Maleato De Dexclorfeniramina + betametasona – Xarope 100ml		Unidade	1.000		
121	Maleato De Dexclorfeniramina 0,4mg/ML – Xarope - 100ml		Unidade	400		
122	Maleato De Dexclorfeniramina 2mg – Comprimido		Unidade	8.000		
123	Maleato de Enalapril 20mg - comprimido		Unidade	12.000		
124	Mebendazol 100mg - comprimido		Unidade	4.500		
125	Mebendazol 20mg/ml suspensão - 30ml		Unidade	600		
126	Meloxicam 15 mg - comprimido		Unidade	1.200		
127	Metildopa 250mg – Comprimido		Unidade	2.200		
128	Metildopa 500mg – Comprimido		Unidade	2.800		
129	Metoclopramida, comprimido 10mg		Unidade	3.800		
130	Metoclopramida, solução oral 4mg/ml fr c/ 10ml		Unidade	500		
131	Metronidazol 250mg – Comprimido		Unidade	2.600		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

132	Metronidazol 500mg frasco 100ml		Unidade	350		
133	Metropolol 100 mg - comprimido		Unidade	600		
134	Metropolol 25 mg - comprimido		Unidade	600		
135	Metropolol 50 mg - comprimido		Unidade	800		
136	Mononitrato De Isossorbida 10mg – Comprimido		Unidade	1.000		
137	Mononitrato De Isossorbida 5mg – Comprimido		Unidade	1.000		
138	Neomicina pomada 20g		Unidade	1.000		
139	Nifedipino 20mg – Comprimido		Unidade	10.000		
140	Nimesulida - gotas - 15ml		Unidade	200		
141	Nimesulida 100mg - comprimido		Unidade	20.000		
142	Nistatina 25.000 Ui/MI – Creme Vaginal - 60g		Unidade	500		
143	Nitrato De Miconazol 20mg/G - Creme Vaginal -80g		Unidade	500		
144	Norfloxacino 400mg comprimido		Unidade	1.500		
145	Óleo Mineral Susp. 100ml		Unidade	1.000		
146	Omeprazol 20mg – comprimido		Unidade	30.000		
147	Paracetamol 200mg/MI – gotas - 15ml		Unidade	10.000		
148	Paracetamol 500mg – Comprimido		Unidade	20.000		
149	Paracetamol 750mg – Comprimido		Unidade	1.000		
150	Piroxicam 15mg - comprimido		Unidade	800		
151	Prednisona 20mg – Comprimido		Unidade	10.000		
152	Prednisona 5mg – Comprimido		Unidade	1.000		
153	Propanolol 40mg comp.		Unidade	15.000		
154	Sabutamol 100mcg /dose Aerosol - 10ml		Unidade	3.000		
155	Sabutamol - xarope - 120ml		Unidade	300		
156	Sais Para Reidratação Oral (Fn) – Pó Para Solução Oral		Unidade	15.000		
157	Simeticona comp.		Unidade	10.000		
158	Simeticona gotas - 10 ml		Unidade	8.000		
159	Sinvastatina 20mg – Comprimido		Unidade	25.000		
160	Sulfametoxazol + Trimetoprima – Suspensão Oral 50ml		Unidade	2.000		
161	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400mg + 80 Mg – Comprimido		Unidade	9.000		
162	Sulfato De Magnésio 30g – Pó Para Solução Oral		Unidade	50		
163	Sulfato de Neomicina 5mg + Bacitracina Zíncica 5mg/g + 250UI/g – pomada - 15 g		Unidade	500		
164	Sulfato Ferroso 25mg/MI – gotas - 30 ml		Unidade	300		
165	Sulfato Ferroso 40mg – Comprimido		Unidade	15.000		
166	Tansulosina 0,4 mg - comprimido		Unidade	1.000		
167	Varfarina Sódica 5mg – Comprimido		Unidade	3.000		
168	Xantinon comprimido		Unidade	4.000		
<b>VALOR TOTAL LOTE VI</b>						



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### LOTE VII – MEDICAMENTOS CONTROLADOS

Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor total
1	Alprazolam 0,5 mg - comprimido		Unidade	1.000		
2	Alprazolam 1mg - comprimido		Unidade	2.000		
3	Alprazolam 2 mg - comprimido		Unidade	7.000		
4	Bromazepam 3mg - comprimido		Unidade	3.000		
5	Bromazepam 6mg - comprimido		Unidade	3.000		
6	Carbamazepina 200mg – Comprimido		Unidade	12.000		
7	Carbamazepina 20mg/ML – Suspensão Oral - 100 ml		Unidade	150		
8	Clonazepam 0,5 mg - comprimido		Unidade	2.500		
9	Clonazepam 2 mg - comprimido		Unidade	12.000		
10	Cloridrato De Amitriptilina 25mg – Comprimido		Unidade	3.000		
11	Cloridrato De Amitriptilina 75mg – Comprimido		Unidade	1.500		
12	Cloridrato De Biperideno 2mg – Comprimido		Unidade	3.000		
13	Cloridrato De Biperideno 4mg – Comprimido De Liberação Controlada		Unidade	750		
14	Cloridrato De Clorpromazina 100mg – Comprimido		Unidade	2.500		
15	Cloridrato de clorpromazina 25 mg comprimido		Unidade	600		
16	Cloridrato De Clorpromazina 40mg/ML – Solução Oral - 20 ml		Unidade	100		
17	Cloridrato De Fluoxetina 20mg – Comprimido		Unidade	5.000		
18	Cloridrato De Prometazina 25mg – Comprimido		Unidade	1.000		
19	Cloridrato de sertralina 50 mg - comprimido		Unidade	8.000		
20	Diazepam 10mg – Comprimido		Unidade	2.500		
21	Diazepam 5mg – Comprimido		Unidade	2.500		
22	Fenitoína Sódica 100mg – Comprimido		Unidade	800		
23	Fenobarbital 100mg – Comprimido		Unidade	3.000		
24	Haloperidol 1mg – Comprimido		Unidade	1.000		
25	Haloperidol 2mg/ml – Solução Oral - 20 ml		Unidade	100		
26	Haloperidol 5mg – Comprimido		Unidade	1.000		
27	Lorazepam 1 mg - comprimido		Unidade	2.000		
28	Lorazepam 2 mg - comprimido		Unidade	4.000		
29	Midazolam 15 mg - comprimido		Unidade	2.000		
30	Olazapina 10 mg - comprimidos		Unidade	800		
31	Olazapina 5 mg - comprimidos		Unidade	800		
32	Risperidona 1 mg - comprimido		Unidade	1.500		
33	Risperidona 2 mg - comprimido		Unidade	1.500		
34	Risperidona 3 mg - comprimido		Unidade	1.500		
35	Sulfato de Morfina 10 mg - comprimido		Unidade	1.300		
36	Tramadol 50 mg - comprimido		Unidade	4.000		
VALOR TOTAL LOTE VII						

### LOTE VIII – MATERIAIS ODONTOLÓGICOS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unit.	Valor total
1	Agulha Gengival Longa - 0,40 x 30 - com 100 unidades		Caixa	24		
2	Amálgama em cápsula - 02 porções - com 50 cápsulas		Pacote	16		
3	Anestésico Alphacaine 1:100.000 lidocaina 2% - com 50 tubetes		Caixa	48		
4	Babador odontológico impermeável - Embalagem com 100 unid		Pacote	48		
5	Bicarbonato de sódio p/ prolixia ultra fino - embalagem c/500g		Und	24		
6	Bicarbonato de Sódio Pp/ Prolixia ultra fino - embalagem com 500 g		Unid	24		
7	Carbono para articulação - embalagem com 12 unidades		Pacote	24		
8	Cimento Cirúrgico - pó e líquido		Und	4		
9	Condensadores de Amálgama Hollembach 02 e 05		Unid	12		
10	Condensadores de Amálgama Hollembach 06 Cyan		Unid	12		
11	Cunha de madeira anatômico - Embalagem com 100 unidades		Pacote	8		
12	Curativo alveolar - embalagem com 2 unidades 3g		Unid	24		
13	Escova de Robson - Profilaxia		Unid	4		
14	Escova odontológica adulto		Und	200		
15	Escova odontológica infantil - 02 a 06 anos		Und	500		
16	Escova odontológica infantil - 07 a 11 anos		Und	500		
17	Fio de sutura nylon 3.0 com agulha - Embalagem com 24 unidades. Com agulha 3/8 CT 2,0cm		Caixa	20		
18	Fio Dental 100mt		Und	1.200		
19	Fio Dental 500mt		Und	24		
20	Fita banda matriz metáculica - Embalagem com Matriz de Aço 0,05x7mmx50cm.		Unid	24		
21	Flúor em gel - embalagem com 200ml		Unid	24		
22	Fosfato de zinco - Pó e líquido - 15ml +38g		Kit	4		
23	Gel dental - com flúor ativo - embalagem c/50gm		Und	500		
24	Glutaraldeído - embalagem 1 litro		Unid	12		
25	Hidróxido de cálcio - 10g (pó)		Unid	4		
26	Ionômero de vidro para cimentação - Embalagem com 1 frasco de Pó com 10g + 1 frasco de líquido com 8ml.		Kit	4		
27	Ionômetro de vidro pra restauração - embalagem c/ frasco pó c/ 10g + 1 frasco de líquido com 8ml		Und	8		
28	Lubrificante para instrumentos - Embalagem com 200ml		Unid	16		
29	Obturador provisório - 20ml		Unid	12		
30	Paramonoclorofenol - Embalagem com 1 frasco de 20ml.		Unid	4		
31	Pasta de dente 90g		Und	700		
32	Pasta Profilática - Embalagem com 90g		Unid	16		
33	Porta amálgama de plástico - Embalagem com 1 unid		Unid	12		
34	Pote dapen - silicone - Ambalagem com 1 unidade		Unid	12		
35	Resina natural flow - Embalagem com 2,4g.		Unid	30		
36	Restaurador provisório - embalagem 38g pó + 15 ml líquido		Kit	12		
37	Roleta algodão - Embalagem com 100 unidades		Pacote	40		
38	Sistema adesivo universal - embalagem com 4ml		Unid	12		
39	Solução hemostática - frasco 10 ml		Unid	4		
40	Sugador descartável - Embalagem com 40 unid		Pacote	24		
41	Tira de poliéster para acabamento (caixa c/50und)		Caixa	12		
42	Tricresol formalina - frasco com 10 ml		Unid	4		
43	Verniz calvitário - embalagem 10 mg		Unid	4		
<b>VALOR TOTAL LOTE VIII</b>						





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### LOTE IX – MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PERMANENTES

Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtd	Valor Unit.	Valor total
1	Alavanca reta nº 02		Und	6		
2	Amalgamador Digital - Bivolt-		Unid	2		
3	Bandeja clínica 300 x 300		Unid	18		
4	Broca de aço esférica CA de baixa rotação nº 05- Embalagem com 06 unidades		Kit	30		
5	Broca de aço esférica CA de baixa rotação nº 06- Embalagem com 06 unidades		Kit	30		
6	Broca de aço esférica CA de baixa rotação nº 08- Embalagem com 06 unidades		Kit	30		
7	Broca Diamantada 1034 para alta rotação		Unid	60		
8	Broca Diamantada 1035 para alta rotação		Unid	60		
9	Broca Diamantada esférica nº 1015		Unid	60		
10	Broca Diamantada esférica nº 1016		Unid	60		
11	Broca Zecrya para cirurgia 28 mm		Unid	30		
12	Brunidor de Amálgama		Unid	4		
13	Cabo de alumínio para espelho odontológico		Unid	40		
14	Curetas para raspagem periodontal 11-12		Unid	8		
15	Curetas para raspagem periodontal 13-14		Unid	8		
16	Disco de lixa para acabamento de resina com suporte 3029 - 50 Unid		Cx	16		
17	Disco p/ polimento de resina – c/50und		Caixa	8		
18	Escova média de limpeza instrumental c/10und		Caixa	18		
19	Escova para limpeza de broca		Und	18		
20	Fórceps Infantil nº 4		Unid	6		
21	Fórceps nº 150		Und	4		
22	Fórceps nº 151		Unid	4		
23	Fórceps nº 69		Unid	4		
24	Fórceps Odontológico Infantil Nº 4, em aço inoxidável, para raízes superiores, ambos os lados		Unid	4		
25	Jato de bicarbonato		Und	4		
26	Lima para osso Muller		Unid	4		
27	Mandril p/ disco de resina		Und	18		
28	Pinça de corte para osso reto		Unid	8		
29	Pinça luergoica 16cm curva p/osso		Und	18		
30	Placa de vidro 10 mm liso		Unid	8		
31	Ponta diamantada		Und	6		
32	Ponta diamantada esférica nº 1018		Und	60		
33	Ponta diamantada esférica nº 1020		Und	60		
34	Ponta diamantada esférica nº 1024		Und	60		
35	Porta Aguiha Mayo		Unid	8		
36	Seringa carpule		Und	18		
37	Sidesmotomo		Und	18		
38	Sonda exploradora nº05		Unid	8		
39	Tira de aço 4mm – embalagem c/12und		Und	18		
40	Tira de aço 6mm – embalagem c/12und		Und	18		
<b>VALOR TOTAL LOTE IX</b>						

26.2. O prazo de vigência da ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### 27. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 27.1. Os materiais e medicamentos a serem adquiridos são indispensáveis para o bom funcionamento dos serviços de saúde prestados à população do município nos postos de saúde e hospital, além dos medicamentos para pacientes crônicos que serão doados a população carente.
- 27.2. Os medicamentos e materiais para uso hospitalar e odontológico ofertados deverão apresentar marca e atenderem as normas técnicas de comercialização estabelecidos pela ANVISA, além de estarem dentro do prazo de validade.

### 28. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 28.1. Os medicamentos e materiais para uso hospitalar e odontológico são classificados como bens comuns pois podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado

### 29. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 29.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação pelo setor de compras, no seguinte endereço e horários:

Local	Endereço	Horário
Secretaria Municipal de Saúde	Rua Santo Antônio s/n – Centro – Ibirapuã - BA	De segunda-feira a quinta-feira das 08 h às 12 h e das 14 h às 17 h. Sexta-feira das 08 h às 12 h.

- 29.2. Os medicamentos e materiais para uso hospitalar e odontológico poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

### 30. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 30.1. São obrigações da Contratante:
- 30.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - 30.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - 30.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 30.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
  - 30.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 30.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 31. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 31.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

31.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca e prazo de validade;

31.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

31.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

31.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

31.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### 32. DA SUBCONTRATAÇÃO

32.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 33. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

33.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 34. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

34.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

34.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

34.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 35. DO PAGAMENTO

35.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até o dia 15 (quinze) do mês subsequente do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

35.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

35.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

35.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ**

## **ESTADO DA BAHIA**

---

a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

35.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

35.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

35.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

35.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

35.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

35.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

35.10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada que apresentar irregularidade fiscal ou trabalhista, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

35.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

35.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **36. DO REAJUSTE**

36.1. Os preços deverão ser fixos e irrevogáveis, no entanto, poderá o contrato sofrer alterações na forma prevista no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

36.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **37. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

37.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **38. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

38.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

---

- 38.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 38.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 38.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 38.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 38.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 38.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 38.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
  - 38.2.2. Multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
  - 38.2.3. Multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - 38.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 38.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 38.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 38.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 38.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 38.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 38.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 38.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 38.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos.
- 38.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 38.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura Municipal de Ibirapuã poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

- 38.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 38.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 38.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 38.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

### 39. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 39.1. O custo estimado da contratação tem caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, conforme § 1º e § 2º do artigo 15 da lei 10024/2019.

### 40. DO PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado até o dia 15(quinze) do mês subsequente à emissão da nota fiscal devidamente atestada e da documentação necessária à sua liquidação, além da apresentação de:

Comprovante de inexistência de débito de contribuição junto à Receita Federal;  
Comprovante de inexistência de débito de contribuição junto ao Estado da sede;  
Comprovante de inexistência de débito de contribuição junto ao município da sede;  
Comprovante de inexistência de débito de contribuição Trabalhista;  
Comprovante de inexistência de débito de contribuição do FGTS.

### 41. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 41.1. As despesas decorrentes da Contratação do objeto deste pregão correrão por conta das Dotações Orçamentárias do Exercício de 2022/2023.

Ibirapuã, 29 de junho de 2022.

Geovana Silva Azevedo Correia  
Pregoeira

Elis Regina Gomes Barbosa  
Apoio





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### ANEXO II MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO 005-2022 (SRP)

O **MUNICÍPIO DE IBIRAPUÃ**, Estado da Bahia, através da sua **Prefeitura Municipal** inscrita no CNPJ nº 14.210.389/0001-04, localizada na Praça Lourival Pereira Barros, S/N, Centro, CEP 45.940-000, legalmente representado por seu prefeito, o Sr. CALIXTO ANTÔNIO RIBEIRO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. nº M 370.215 e CPF nº 098.080.196-68, residente na Fazenda Monte Alto, Zona Rural, neste município, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a empresa ....., CNPJ nº ....., sediada na Rua ....., neste ato representado pelo Sr. ...., RG..... CPF....., aqui denominado **PROPONENTE FORNECEDOR** nos termos do artigo 15 da Lei 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Decreto Municipal nº 053/2013, e demais normas aplicáveis, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005-2022**, conforme consta do processo administrativo próprio, firmam a presente **Ata de Registro de Preços**, em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2002 e 8.666/93 naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E VALOR

Através da presente ata ficam registrados os preços para futura aquisição de medicamentos e materiais para uso hospitalar e odontológico:

#### PLANILHAS

Valor para o Lote I, R\$ ..... (.....); valor para o Lote II R\$.....(.....); valor para o Lote III, R\$ ..... (.....); valor para o Lote IV, R\$ ..... (.....); valor para o Lote V, R\$ ..... (.....); valor para o Lote VI, R\$ ..... (.....); valor para o Lote VII, R\$ ..... (.....); valor para o Lote VIII, R\$ ..... (.....); e valor para o Lote IX, R\$ ..... (.....).

Os medicamentos e materiais para uso hospitalar e odontológico constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não ser adquiridos pelo município.

Quando adquiridos, serão fornecidas pela(s) empresa(s) acima identificadas mediante emissão e recebimento pela promitente fornecedora(s) da **NOTA DE EMPENHO**, de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, sendo o seu fornecimento parcelado de acordo com necessidades do Município.

A empresa detentora desta Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a sua vigência.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A PRESENTE Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura podendo ser prorrogada de acordo com previsão legal e legislação pertinente.

Nos termos do artigo 15, § 4º da Lei 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços o município não será obrigado a aquisição exclusivamente por seu intermédio dos seus produtos, podendo utilizar outros meios de aquisição desde que permitidos em lei, sem que deste fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

O cancelamento do Registro de Preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas abaixo:

- Recusa de fornecer o objeto adjudicado no todo ou em parte, além de 15 (quinze) dias corridos após o prazo estabelecido neste edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

- Ocorrer falência ou dissolução da sociedade.
- Transferir no todo ou em parte o objeto registrado e seu fornecimento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento referente ao fornecimento dos materiais constantes desta Ata de Registro de Preços será efetuado mensalmente até o dia 15 (quinze) do mês subsequente a entrega e conferência das quantidades solicitadas.

Para pagamento a empresa deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal nos moldes exigidos na legislação pertinente, de acordo com o descrito na Nota de Empenho dos produtos fornecidos, devendo ser emitido em nome do Município ou Fundo Municipal, contendo o número do empenho correspondente.

Além da Nota Fiscal e ou fatura dos produtos entregues a empresa deverá apresentar e manter atualizados durante a validade do registro, os seguintes documentos:

- Prova de regularidade para com a previdência social através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito expedida pela Receita Federal, dentro de seu período de validade.
- Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia Tempo de Serviço através da apresentação do CRS – Certificado de Regularidade de Situação, expedida pela Caixa Econômica Federal, dentro da validade.
- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente juntamente com a parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem a aplicação da penalidade.
- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata de Registro de Preços enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de valores ou correção monetária.

### **CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

- O prazo de entrega dos produtos será imediato a partir da emissão da nota de empenho e solicitação de abastecimento/fornecimento pela autoridade competente designada para tal fim.
- Nos preços registrados pelo proponente já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste fornecimento.
- Caso o objeto solicitado não esteja de acordo com as especificações exigidas, o responsável pela solicitação lavrará termo circunstanciado do fato, devendo ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir no todo ou em parte o objeto empenhado se a qualquer tempo se verificarem vícios ou incorreções.

### **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES**

#### **Do Município solicitante:**

- Atestar o recebimento definitivo dos materiais solicitados;
- Aplicar à promitente fornecedora as penalidades cabíveis quando for o caso;
- Prestar toda e qualquer informação ao promitente vencedor por esta solicitada, necessária ao perfeito fornecimento solicitado;
- Efetuar os pagamentos no prazo avençado após a entrega e conferência das respectivas notas fiscais;
- Notificar formalmente a empresa promitente e autoridade superior qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos registrados, para aplicação de eventual sanção.

#### **Da promitente fornecedora:**

- Fornecer o objeto deste Registro de Preços nos valores e especificações contidas no edital e proposta.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

- Arcar sob sua responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste Registro de Preços, isentando o município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes do fornecimento ou de qualquer tipo de demanda.
- A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas necessárias para o fornecimento do objeto da presente ata com perfeição e acuidade e dentro das normas necessárias de segurança.
- Assumir e se responsabilizar por quaisquer danos materiais e ou pessoais causados ao município ou a terceiros provocados por seus empregados ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas as providências necessárias para o seu ressarcimento no prazo de 48 horas.
- Deverão ser prestados todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo município para o perfeito fornecimento dos combustíveis e derivados.
- Manter durante toda a validade do Registro de Preços, as mesmas condições fiscais de habilitação.
- Aceitar nas mesmas condições iniciais os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto registrado até o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades estimadas.

### CLÁUSULA SEXTA - PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações na condição de vencedor do Registro de Preços as empresas estarão sujeitos as seguintes penalidades:

- Deixar de apresentar a documentação exigida: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo período de até 02 anos, e multa de 10% do valor estimado de fornecimento.
- Deixar de manter a proposta (recusa injustificada de fornecer): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo período de até 02 anos, e multa de 10% do valor estimado de fornecimento.
- Executar o fornecimento com irregularidades, passíveis de correção e sem prejuízo ao resultado: Advertência.
- Inexecução total ou parcial do fornecimento: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo período de até 02 anos, e multa de 10% do valor estimado de fornecimento.

A empresa detentora do registro de preços responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações do fornecimento de Combustíveis, salvo na ocorrência de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e quando comunicado no prazo de 48h (quarenta e oito horas).

### CLÁUSULA SETIMA - REAJUSTAMENTO DE PEÇOS

Os preços que vierem a constar da Ata de Registro de Preços poderão ser revistos quando provocado por escrito de ambas as partes, nos termos da legislação em vigor conforme artigo 65 letra "d" da Lei 8.666/93.

Fica assegurada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajuste de valores em face da superveniência de normas federais aplicáveis ou de alteração dos preços praticados, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença, não podendo ser superiores aos preços de mercado.

A Administração municipal poderá na vigência do Registro de Preços solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa da detentora da Ata, e conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provoquem a redução dos preços, sendo que o novo preço ajustado será valido a partir da assinatura do termo de realinhamento de preços.

### CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração quando:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

- A detentora não cumprir as obrigações dela constantes.
- A detentora não acatar qualquer nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.
- Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar revisão dos mesmos.
- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do fornecimento decorrente do Registro de preços, se assim for decidido pela administração com observância das disposições legais.
- Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela administração.
- A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita por correspondência atestando seu recebimento e juntando-se o comprovante ao processo administrativo da ata de Registro de Preços.
- Pela detentora do Registro de Preços mediante solicitação escrita, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta ata, devidamente aceito e aprovado pela administração sob pena de aplicação de multas e sanções administrativas, caso não aceite as razões do pedido.

### CLÁUSULA NONA - UNIDADES REQUISITANTES

O recurso orçamentário para fazer frente às futuras aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s).

### CLÁUSULA DECIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata o edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 005-2022, e a Proposta da empresa ....., classificado em primeiro lugar no certame.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e 10.520/02 além das demais normas aplicáveis, elegendo o foro da comarca de Ibirapuã como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas desta Ata de Registro de Preços.

E por estarem justos e pactuados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Ibirapuã... de ..... de 2022.

*Calixto Antonio Ribeiro*  
*Prefeito Municipal*

### EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunha: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### ANEXO III MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 005-2022 (SRP)

Termo de contrato nº .....-2022 por Pregão Eletrônico nº 005-2022 (SRP), objetivando o fornecimento de Medicamentos e materiais para uso hospitalar e odontológico, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibirapuã e a empresa ....., conforme segue.

O MUNICÍPIO DE IBIRAPUÃ, Estado da Bahia, através da **Prefeitura Municipal de Ibirapuã** inscrita no CNPJ nº 14.210.389/0001-04, localizada na Praça Lourival Pereira Barros, S/N, Centro, CEP 45.940-000, legalmente representado por seu prefeito, o Sr. CALIXTO ANTÔNIO RIBEIRO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. nº M 370.215 e CPF nº 098.080.196-68, residente na Fazenda Monte Alto, Zona Rural, Ibirapuã, neste município, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa ....., firma estabelecida à ..... nº ....., bairro, .... cidade de ..... - Bahia, inscrita no CNPJ nº ....., aqui representada por ....., CPF nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato firmam o presente contrato de fornecimento, de acordo com a Lei 8.666/93, 10.520/02, o Edital de Pregão Eletrônico nº 005-2022 (SRP) e as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de Medicamentos e materiais para uso hospitalar e odontológico, conforme segue:

#### PLANILHAS

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O valor global deste contrato é estimado em R\$ ..... (.....), correspondendo ao fornecimento total dos produtos, conforme proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 005-2022 (SRP) que passa a fazer parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Os preços deverão ser fixos e irrevogáveis, no entanto, poderá o presente contrato sofrer alterações na forma prevista no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

#### CLÁUSULA QUARTA:

O pagamento será efetuado até o dia 15(quinze) do mês subsequente à emissão da nota fiscal devidamente atestada e da documentação necessária à sua liquidação, além da apresentação de:

- Comprovante de inexistência de débito de contribuição junto à Receita Federal;
- Comprovante de inexistência de débito de contribuição junto ao Estado da sede;
- Comprovante de inexistência de débito de contribuição junto ao município da sede;
- Comprovante de inexistência de débito de contribuição Trabalhista;
- Comprovante de inexistência de débito de contribuição do FGTS.

#### CLÁUSULA QUINTA:

O prazo de validade deste contrato será até 31 de dezembro de 2022, com termo inicial na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos ou aditivado quando esgotar as quantidades dos materiais nele descrito e nos limites estabelecidos em lei.

#### CLÁUSULA SEXTA:

As despesas decorrentes da Contratação do objeto deste pregão correrão por conta das Dotações Orçamentárias do Exercício, sendo alocados quando da emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s).

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

Fica dispensada qualquer garantia para assegurar a execução deste contrato;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

### CLÁUSULA OITAVA:

Constituem responsabilidades das partes:

I – A CONTRATADA se responsabilizará pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento constante deste contrato.

II – A CONTRATADA se responsabilizará pelo pagamento de todos os impostos, taxas e outros encargos que decorrerem em razão deste Contrato, inclusive contribuições previdenciárias;

III – A CONTRATADA ficará sujeita a uma multa moratória no valor de 0,5% do valor do Contrato, por cada inadimplência a ela imputável, que será aplicada em até 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;

IV – O valor da multa será descontado no respectivo valor da fatura ainda pendente de pagamento;

V – A CONTRATADA pagará multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato no caso de sua inexecução total ou parcial;

VI – A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais objeto deste contrato respeitando as normas legais de higiene e limpeza, prezando sempre pela boa qualidade e prazo de validade dos produtos;

VII – O CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento objeto do fornecimento no prazo estabelecido, obedecendo a disponibilidade financeira da Prefeitura;

VIII – O CONTRATANTE obriga-se a encaminhar todas as solicitações de fornecimento com a devida antecedência estabelecida para o perfeito funcionamento deste contrato.

IX – A CONTRATADA tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. O não cumprimento implicará na retenção de pagamento referente ao material já adquirido.

### CLÁUSULA NONA:

Constituem motivos para rescisão deste Contrato os seguintes:

I – O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas deste Contrato;

II – A lentidão na execução do fornecimento dos materiais, motivando o atraso na execução do mesmo;

III – A paralisação do fornecimento dos materiais, sem justa causa e sem prévia comunicação ao Município;

IV – A decretação de falência da CONTRATADA;

V – A dissolução da sociedade;

VI – O atraso no pagamento das parcelas previstas neste Contrato, sem que haja culpa da CONTRATADA;

VII – Os motivos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93, caso em que acarretará as consequências previstas no artigo 80 dessa mesma Lei, a qual regerá este Contrato;

VIII – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, impeditiva da execução do contrato.

IX – Amigável por acordo entre as partes e conveniência para a administração.

### CLÁUSULA DÉCIMA:

Fica este contrato vinculado ao **Processo de Licitação Pregão Eletrônico Nº 005-2022 (SRP)**, dele fazendo parte independente de transcrição.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela CONTRATANTE, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

A empresa vencedora do certame responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da execução integral do contrato.

§1º A verificação, durante a realização do contrato, de quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, serão consideradas como inexecução parcial do contrato.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

§2º Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução do contrato que vierem a acarretar prejuízos ao MUNICÍPIO DE IBIRAPUÃ, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

§3º Com fundamento nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, cujos percentuais estão definidos neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir o Município de Ibirapuã-BA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

§4º As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação com a Administração e impedimento de licitar e contratar com a Administração e poderão ser descontadas do pagamento a ser efetuado.

§5º Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.

§6º A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§8º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

§9º A sanção de multa não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

## ESTADO DA BAHIA

---

§10 Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo a autoridade competente determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

Fica eleito o Foro da Comarca de Ibirapuã para solucionar qualquer dúvida decorrente deste Contrato, renunciando a qualquer outra por mais privilegiava que for.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Ibirapuã, ..... de ..... de 2022.

*Calixto Antônio Ribeiro*  
*Prefeito Municipal*

*Contratado*  
*CNPJ nº .....*

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_